

# A (des)montagem da Educação para os Gêneros e as Sexualidades no Brasil: essa conduta importa ao ensino de Ciências e Biologia?

Fabiana Aparecida de Carvalho<sup>1</sup>  
Adalberto Ferdnando Inocêncio<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho, resultado de pesquisas documentais, tem por objetivo problematizar os ataques atuais às políticas públicas e aos currículos escolares no tocante à Educação para os Gêneros e as Sexualidades. Considerada as posturas críticas e as intervenções pedagógicas sobre a temática vêm sendo ameaçadas desde 2014, principalmente após a supressão das Metas Educacionais atinentes aos Gêneros dos Planos de Educação. Consubstancia o ataque, o recrudescimento da representatividade política em posturas conservadoras e religiosas e as táticas de enxugamento do Estado quanto às estratégias de reconhecimento e respeito à diversidade sexual. Colocam-se em evidência os problemas para o Ensino de Ciências e Biologia no tocante ao impedimento da discussão e frente à necessidade de posturas de resistência para se combater o desmanche dos avanços conquistados.

**Palavras chave:** Educação sexual, Diversidade sexual, Conteúdos curriculares.

- 
- 1 Profa. Adjunta do Departamento de Biologia (DBI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), facarvalho@uem.br
  - 2 Prof. Colaborador do Departamento de Pedagogia (DPD/CRC) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), afinocencio88@gmail.com

## Introdução

Após a Reforma Educacional da década de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1999), as temáticas de gênero e sexualidade passaram a ser compreendidas como temas transversais e de grande importância social para serem abarcadas e discutidas nas áreas do conhecimento e em intervenções pedagógicas nas escolas. Esse marco consubstancia um longo caminho de posturas estatais contraditórias acerca da Educação para os Gêneros e Sexualidades no Brasil – ora de recusa e de posturas reativas, ora de aceitação – iniciado no final do Século XIX e oficializado com o Parâmetro Curricular Transversal “Orientação Sexual”.

Segundo Carvalho (2018), os retrocessos, avanços e conquistas das disposições legais na tentativa de consolidar os territórios da Educação para os Gêneros e as Sexualidades e o respeito à diversidade sexual, aos direitos reprodutivos e às visibilidades LGBTQIA+<sup>3</sup> são atravessados por discursividades históricas que recorrem às explicações biológicas e incidem no Ensino de Ciências e Biologia para se criar explicações e ordenamentos dos sexos, dos gêneros, dos corpos, dos desejos e das subjetividades das pessoas. Para a autora, o discurso biológico no Entre-Séculos XIX e XX tornou-se um imperativo para uma vontade de saber sobre os sexos, guiando práticas higiênicas e eugênicas adotadas em cidades a se nortear por políticas discriminatórias, normatizadoras e pelo *apartheid* das minorias sexuais e das pessoas cujas sexualidades não se adequavam aos padrões heterossexuais (heteronorma) e conjugais. Tal postura começou a receber críticas disruptivas a partir do fortalecimento das bandeiras feministas e das militâncias negra e pelos direitos sexual na década de 1970, responsáveis, entre outras causas, por contestar a ideia de destino natural dos corpos, dos gêneros e das sexualidades, por reconhecer as mulheres em papéis de igualdade e equidade, como, também, por abrir picadas para o reconhecimento dos saberes e lutas LGBTQIA+ nas pautas das políticas públicas de direito. O amadurecimento dessas lutas e o endosso das políticas de saúde pública, adotadas pelo Ministério da Saúde nos anos de 1980, especialmente, com o objetivo de conter os avanços das contaminações por Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), em particular, do vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e, conseqüentemente, dos casos de Síndrome da Imunodeficiência

3 LGBTQIA+: sigla utilizada para abarcar a diversidade de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, Queers e Intersexos.

Adquirida (AIDS), como também a necessidade do Estado em adotar estratégias e campanhas educativas para a prevenção da Gravidez não Planejada foram importantes para que os PCN, em seus desdobramentos curriculares, endossassem a escolarização de uma Educação para os Gêneros e as Sexualidades.

Os objetivos dos PCN preconizaram o respeito à diversidade cultural, sexual e de valores, a compreensão do prazer como dimensão da existência humana, o conhecimento do corpo e da saúde, o entendimento das determinações socioculturais na construção dos gêneros, a devida compreensão e manifestação de sentimentos e desejos, a proteção de relacionamentos indevidos e de exploração sexual, o reconhecimento de consentimento mútuo para as relações entre pessoas, o conhecimento e a prática de medidas de sexo seguro, a solidariedade em relação às pessoas soropositivas e o esclarecimento sobre a adoção de métodos preventivos e contraceptivos. Os conteúdos pertinentes às temáticas deveriam ser discutidos considerando-se três blocos de conteúdos: "Corpo – matriz da sexualidade"; "Relações de Gênero"; "Prevenção às doenças / AIDS" (BRASIL, 1999). Essa divisão pautou-se por critérios de relevância sociocultural, biológica, psíquica e cultural da construção da sexualidade com o intuito de contemplar não apenas os aspectos conceituais e científicos, mas uma visão não reducionista das questões que envolvem o desenvolvimento humano e a vida em sociedade.

De acordo com os PCN (BRASIL, 1999), acreditava-se que as famílias apresentassem uma resistência negativa às abordagens das questões destacadas no âmbito escolar. Entretanto, uma pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha em capitais brasileiras, na época da publicação da LDB/1996 e dos Parâmetros, constatou que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão da Educação para os Gêneros e as Sexualidades nos currículos escolares e que tal possibilidade poderia reverter o quadro de desinformação e de vulnerabilidades às doenças, aos preconceitos e às violências.

Apesar das críticas de muitas/os pesquisadoras/es e militantes (ALTMANN, 2001; CÉSAR, 2009; CARDOSO; SILVA; SANTOS-SILVA, 2016; CARVALHO, 2018) acerca da concepção limitada sobre sexualidade e gênero amparada nos documentos por um viés binário (centrado nas manifestações cisgêneras do feminino e do masculino), normativo (restritivo quanto à visibilidade das orientações sexuais lesbiana, homossexual, bissexual e assexual) e pautado numa visão biologizada dos relacionamentos humanos (com ênfase na fisiologia, na genitalidade e nas doenças), a sexualidade e o gênero em suas modalidades escolares puderam ser contempladas por uma gama de trabalhos, intervenções pedagógicas e pesquisas acadêmicas

sobre os assuntos, pesando favoravelmente no incremento das discussões e na visibilidade das militâncias dos grupos sexuais minoritários dentro e fora das escolas. Em passos lentos, as políticas educacionais de gênero e sexualidade evoluíram para o Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004 pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação (MEC). Diferente dos indicativos fisiológicos e normatizadores dos PCN – Orientação Sexual, o Brasil sem Homofobia visava promover uma Escola sem Homofobia e a cidadania das pessoas dissidentes da heteronorma, dando visibilidade às existências gays, lésbicas, travestis, transgêneras e bissexuais a partir da garantia de seus direitos civis e sexuais e do combate às violências LGBTfóbicas (BRASIL, 2004). As instituições de ensino foram destacadas como espaços privilegiados para se implantar pautas e campanhas educativas visando a garantia do respeito às/aos LGBTQIA+ e para se promover um discurso de representatividade social e erradicação de sexismos, preconceitos e violências.

Mais de duas décadas se passaram após a implantação dos PCN, da conclusão do DataFolha evidenciando a ampla adesão das famílias às propostas de Educação para os Gêneros e as Sexualidades nas escolas, da eclosão das pesquisas acadêmicas sobre a importância da temática e das crescentes militâncias que se tornaram vozes a empurrar o Estado na adoção de políticas públicas educacionais responsáveis para minar o desrespeito e a beligerância em relação às mulheres e LGBTQIA+. Apesar dos esforços, o Brasil destoa dos objetivos traçados nessas últimas décadas e atravessa, em sua atualidade política, um processo de desmontagem da Educação para os Gêneros e as Sexualidades e dos territórios de lutas por direitos humanos, civis e sexuais arregimentado por posturas conservadoras e religiosas na representatividade política e por medidas de enxugamento econômico do Estado que visam, entre outras contenções, precarizar as estratégias escolares e o pensamento crítico na aceitação da diversidade sexual e do combate às violências de gênero e LGBTQIA+. Tal cenário coloca em cheque a história de conquistas para a escolarização de uma educação sexual no país e retoma as discursividades de controle, vigília e normatização para se atingir uma economia dócil e produtiva dos corpos (FOUCAULT, 2014) e uma “sexualidade bem comportada” nas Escolas.

Diante desse cenário, o presente trabalho objetiva problematizar os ataques às políticas públicas e aos currículos escolares no tocante à Educação para os Gêneros e as Sexualidades, colocando em evidência a desmontagem das lutas e dos avanços educativos das últimas décadas ao trazer uma genealogia que favorece a desigualdade de gêneros, o avanço das violências

contra mulheres e pessoas LGBTQIA+, a perseguição de educadores/as e de conteúdos escolares, a demonização de militantes, dos Estudos de Gêneros e das Epistemologias tecidas na luta feminista. O recorte escolhido pautou-se na análise documental e da conjuntura histórica das medidas político-legislativas que afetam a educação sexual brasileira.

Nas interpretações analíticas deste texto, os conceitos de gênero e sexualidade não se restringem às compreensões biológicas, físicas, sociais e subjetivas. Essas duas categorias – semânticas e políticas – serão lidas em suas articulações com a dispersão de um sistema de verdades, ou seja, de condições, de regimes de acontecimentos legislativos ou não, de discursividades que encontraram possibilidades de existir e circular em diversos grupos culturais no Brasil. São compreendidas também como dispositivos históricos moldados em relações de poder-saber, responsáveis por regular significados, entendimentos e políticas direcionadas aos corpos individuais e a dados conjuntos de pessoas (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 2003). Tal alinhamento teórico pode auxiliar na compreensão de que as sexualidades e os gêneros entraram para um território de governamentalidade biopolítica do Estado Brasileiro, ou seja, interessa ao mando a gestão dessas manifestações agora não por suas potências fisiológicas, mas como elementos capturáveis e constitutivos dos sistemas jurídico, biológico, econômico, político e religioso, como elementos de regulação da vida das pessoas e geradores de significados discursivos que poderão atravessar práticas escolares e, por efeito, exercer uma seletividade discriminatória das diferenças e dissidências de sexualidade e gênero.

Por fim, colocam-se em evidência os problemas para o Ensino de Ciências e Biologia no tocante ao impedimento da discussão e da necessidade de posturas de resistência para se combater o desmanche da Educação para os Gêneros e as Sexualidades no país.

## **A genealogia de um desmanche – “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe”**

Nos apontamentos de Ximenes (2016) e Carvalho (2018), a desmontagem das políticas públicas e educacionais para Educação para os Gêneros e as Sexualidades, na atual conjuntura histórica do país, não deve ser lida sem se considerar algumas condições que favoreceram seu acontecimento. A genealogia dos acontecimentos seria extensa, no entanto, apontam-se fatores que, mais recentemente, implicaram nas estratégias de esvaziamento de significados e de desgaste da educação sexual no país.

Esse alinhamento, na visão dos autores apontados, pode ser demarcado ainda no Governo Lula (2002-2011), destacando a retirada de ações referentes à promoção de direitos sexuais e reprodutivos, a flexibilização da posição laica do Estado e a não adoção de medidas punitivas contra os crimes da Ditadura Civil-Militar no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A estratégia de coalizão e articulação de Lula, junto aos setores conservadores e de centro-direita, favoreceu alianças com o agronegócio, com as famílias detentoras das concessões públicas para Rádio e TV, com Militares e com representações religiosas fundamentalistas que passaram, cada vez mais, a ocupar espaço nas casas legislativas do País e em canais de comunicação e a conformar a representatividade legislativa denominada atualmente de **"Boi – Bala – Bíblia"**.

A Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), adotando a mesma postura, cedeu às pressões parlamentares e de militantes católicos e evangélicos, impondo, em 2011, veto ao Programa Educacional Brasil Sem Homofobia e à possibilidade de avanços no combate da LGBTfobia nas escolas de ensino fundamental e médio. Apelidado de **"Kit Gay"** pelas facções religiosas, o Brasil sem Homofobia foi rechaçado das escolas e o Governo Dilma impediu a consolidação de uma política educacional menos colonizada por biologismos e mais condizente e com as necessidades sociais da população LGBT.

Em 2013, movimentações dos setores conservadores na representação de organizações suprapartidárias, tais como o Movimento Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre, apropriaram-se das pautas de reivindicação popular acerca de transporte e contra a corrupção e disseminaram discursos contrários aos posicionamentos esquerdo-partidários e aos Governos Lula e Dilma, defendendo à economia de mercado, o regime econômico neoliberal e rechaçando os posicionamentos críticos e os posicionamentos alinhados à promoção de direitos humanos, civis e sexuais.

Em 2014 e 2015, o Brasil assistiu a outra ampla campanha contra a diversidade sexual e cultural nas votações dos Planos Decenais de Educação, documentos responsáveis por apontar as metas que os Governos da União, dos Estados e dos Municípios devem cumprir no tocante aos investimentos, superação de desigualdades e promoção de medidas educacionais. O texto final de muitos Planos inabilitou a Educação para os Gêneros e para as Sexualidades como meta a ser cumpridas no país como um todo. Nesse ínterim, os setores conservadores alegaram que a acepção de construção social dos corpos e gêneros geraria uma confusão generalizante capaz de destruir a família, os valores tradicionais, a natureza ao favorecer a visibilidade da diversidade sexual.

Em meio a esse cenário, a blindagem conservadora cristã representada, por Grupos como o “*Pró Vida*” e por frentes parlamentares católicas e evangélicas, cunha o sintagma “Ideologia de Gênero”, entendendo-o como uma criação feminista e gay contrária à vida e aos valores morais e cujo intento é modificar a sexualidade de crianças e jovens e perverter a cristandade. Essa discursividade foi amplamente disseminada como estratégia perversa de movimentos de esquerda que vislumbrariam implantar doutrinações favoráveis à confusão dos gêneros nas escolas brasileiras. A ideia de uma “Ideologia de Gênero” foi capturada pelo Movimento Escola sem Partido, uma frente civil e parlamentar que ataca à educação por meio da proposição de Projetos de Leis com a finalidade de alterar a LDB/1996, censurar currículos, conteúdos escolares e a atuação docente, exigindo respeito às convicções morais e religiosas das famílias e a proibição de temas contundentes nas escolas, entre eles, as discussões de gênero e de sexualidade.

Essas alianças, proibições, tramitações políticas e movimentações sociais difusas interferiram na caminhada de respeito construída pela militância LGBTQIA+, pelos Estudos Feministas de Gênero, pela militância negra e por pesquisadoras/es e educadoras/es preocupados com o reconhecimento das alteridades nas escolas. Favoreceram o recrudescimento de outras discursividades, amparadas em determinismos morais, religiosos e/ou científicos, que se firmaram como agentes contrários à aceitação das intervenções e táticas pedagógicas possibilitadoras de compreensões diferentes sobre os sexos, sexualidades e gêneros nas escolas. Essa movimentação também ditou a transição governamental forçada, sustentada por um golpe parlamentar, do Governo Dilma Rousseff para o Governo Michel Temer (2016-2019).

Defendendo uma lógica binária dos sexos, gêneros e sexualidades, a gestão Jair Bolsonaro (2019-2022) tem imposto um desagendamento das políticas públicas e educacionais para os gêneros e as sexualidades. Até o presente, o Presidente da República: a) liquidou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC); b) alocou a Pastora Damares Alves no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos com o propósito de enfraquecer as lutas pelos direitos sexuais; c) nomeou Abraham Weintraub para a implantação de um núcleo ideológico no MEC e para o enxugamento do orçamento das Universidades Públicas; d) extinguiu, via Decreto no. 9.759 (BRASIL, 2019), o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD-LGBT) e a participação civil em outros conselhos; e) rabaixou o Departamento de IST, AIDS e hepatites a uma pasta genérica; f) defendeu junto à Organização das

Nações Unidas (ONU) o binarismo sexo/gênero e o sexo biológico, tratando LGBTQIA+ como ameaças; f) desmontou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Programa Casa da Mulher Brasileira responsáveis por resguardar e promover o atendimento de mulheres em situação de violência de gênero; g) intenta criar um programa de prevenção às ISTs e gravidez pautado na abstinência sexual e na moralidade; h) estuda instalar um canal de denúncias de professoras/es que incorrerem nos debates de corpo, gênero e sexualidade; i) retirou a população LGBTQIA+ das diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos; j) empurra a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seu silenciamento quanto às questões de gênero; k) incentiva o MEC a acabar com a discussão de diversidade sexual, identidade de gênero e de orientação sexual nas escolas, imputando essa responsabilidade totalmente a mães e pais.

## Isso importa ao Ensino de Ciências e Biologia?

A Educação para os Gêneros e as Sexualidades tem sido esvaziada de significados, conteúdos e de seu peso histórico na conquista de sua institucionalização nas escolas e de sua importância para a disseminação de conhecimentos e informações, para a consolidação do respeito, para a valorização das mulheres em discussões de igualdade e equidade e para o reconhecimento e a visibilidade de pessoas LGBTQIA+. Investidas conservadoras e religiosas adensam o cenário político brasileiro condenando essa Educação como um projeto de doutrinação nas escolas, diluindo os posicionamentos progressistas conquistados e presentes nos documentos oficiais já citados, como a LDB (1996) e os PCN (1999). A cena desse desmanche se agrava no atual governo, que intensifica o ataque à figura dos intelectuais, de forma mais ampla, e ao pensamento científico, de forma particular (LINARES, BEZERRA, 2019).

Nesse sentido, o Governo Bolsonaro tem contribuído com o cenário de desagendamento, ao imputar critérios ideológicos para se definir as prioridades da Educação para os Gêneros e para as Sexualidades. Nesse prisma, aumenta o poder da interferência parental de grupos privados econômicos e religiosos nas escolas para se instituir o "sexo bem comportado" e as sexualidades normatizadas. *Pari passu*, está em ataque a dimensão pública da educação em seu potencial formador no que tange o respeito à diversidade sexual, uma vez que a escola pública é somente mais uma das diversas instâncias públicas confiscadas no papel da Educação para os Gêneros e para as Sexualidades.

Um dos acontecimentos que exemplificam os efeitos da discursividade antigênero nos espaços escolares se deu no mês de Setembro de 2019, quando o governador da cidade de São Paulo, João Dória (PSDB-SP), deu uma declaração de caráter oficial solicitando o recolhimento de apostilas de ciências que tratavam sobre o tema diversidade sexual<sup>4</sup>. Sob a declaração: “Não aceitamos apologia à ideologia de gênero”. O material<sup>5</sup> destinado a/aos alunas/os do oitavo ano do ensino fundamental, que tratava, dentre outras questões, do conceito de sexo biológico – pela perspectiva fisiológica ainda endossada pelos currículos e conteúdos tradicionais do ensino de ciências, identidade de gênero, orientação sexual, orientações sobre gravidez na adolescência e IST é confiscado da rede estadual. Em nota oficial, a Secretaria da Educação de São Paulo afirmou que o termo “identidade de gênero” estaria em desacordo com os conteúdos propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do MEC e com o novo Currículo Paulista, aprovado em Agosto do mesmo ano. Aliás, diga-se de passagem, a própria BNCC também se encarregou, dada as mesmas pressões conservadoras e religiosas de grupos políticos, de retirar o termo gênero de sua proposta curricular.

Dentre outras coisas, esse acontecimento ilustra a relatividade da autonomia das instituições públicas e de educadoras/es na escolha de seu próprio currículo, uma vez que o fato de o termo gênero não ser mencionado na BNCC não o impede de ser uma discussão acrescentada nos currículos escolares, discussão sugerida, inclusive, pelos documentos já citados no início dessa seção, cuja validade do texto ainda se encontra em vigor e pelo Ensino de Ciências e Biologia que, por tradição, são apontados e reconhecidos como áreas afins para a discussão de temáticas de corpo, gênero e sexualidade.

Como se percebe no caso referido, essa particularidade de como a Educação para os Gêneros e as Sexualidades atravessa o Ensino de Ciências e Biologia dá-se na análise dos efeitos provocados pela circulação do sintagma inventado “Ideologia de Gênero”. Junqueira (2019) argumenta que

4 Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml>.

5 Vale a ressalva de que todo material didático utilizado nos sistemas públicos é avaliado por uma comissão que compõe o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) cujo papel, dentre outros, é o de identificar potenciais conteúdos não recomendados para determinada idade/série.

aquilo que os “defensores da família” chamam pejorativamente por essa terminologia não encontra correspondência com o que as epistemologias feministas e os estudos de gênero vem defendendo como investigação. A tática utilizada por tais grupos é a de promoção de um pânico moral cujo objetivo é o de “colocar em uma posição defensiva aqueles que são acusados de promover essa ‘Ideologia’, que gastam tempo e energia desmentindo acusações e fornecendo respostas para as quais os ‘defensores da família’ já dispõem de trélicas pré-confeccionadas” (JUNQUEIRA, 2019, p. 138).

O esvaziamento da Educação para os Gêneros e as Sexualidades pode ser notado na genealogia descrita por esse mesmo autor:

A “ideologia de gênero” é uma invenção vaticana [...] Um sintagma, um neologismo, um rótulo estigmatizante, um *slogan*, categoria política forjada para operar como arma retórica e para animar mobilizações em favor de um projeto de sociedade regressivo, antidemocrático e antilaico. Não por acaso, observa-se por parte desses cruzados uma frequente preocupação em ocultar a origem católica do discurso e do movimento antigênero. Para evitar que suas ofensivas sejam percebidas como uma resposta religiosa tradicionalista, procuram conferir a elas uma feição universalista, à altura dos desafios éticos contemporâneos. Daí os seus frequentes apelos à “ciência”. Os “defensores da vida, da família e da inocência das crianças” partiriam de bases científicas e técnicas, enquanto os “adeptos do gênero” apenas propagariam uma enganosa e infundada ideologia (JUNQUEIRA, 2019, p. 138-139).

Nesse sentido, mesmo que essas discursividades canônicas recentes recorram às explicações biológicas e não se aporquem ao significado de construção dos gêneros (BUTLER, 2003) e de sexualidade como um dispositivo histórico (FOUCAULT, 1988), deve-se tomar o cuidado ao analisá-las pois as mesmas negam as conquistas históricas, conceitos e explicações científicas, uma vez que, nas bases tomadas por grupos religiosos em suas contestações da categoria gênero, não se analisam as proposições galgadas em bases epistemológicas do conhecimento científico. Como o próprio Junqueira (2019) deixa claro, trata-se de um “véu discursivo” que apenas dá outro nome para o discurso fundamentalista religioso de matriz cristã, o que distancia ainda mais a Educação para os Gêneros e as Sexualidades do domínio do Ensino de Ciências e Biologia.

A continuidade desses domínios políticos reificou-se na campanha de abstinência da Pastora Damares Alves, justamente porque ela propõe uma

rarefação do discurso, no sentido de designar aos espaços privados, principalmente a família, a discussão sobre gênero e sexualidade. Tal proposta retira o caráter pedagógico e epistemológico da Educação para os Gêneros e as Sexualidades, uma vez que basta munir-se do “tom moral” reconhecido como necessário para a formação das crianças e jovens, destoante das estratégias ideológicas doutrinárias propostas pelos amplos sistemas da esfera formativa pública. “Sem jamais submeter suas teses a escrutínio acadêmico, os ‘defensores da família’ costumam chamar de ‘ciência’ aquilo que cuidadosamente selecionam para tentar confirmar suas formulações e legitimar seus posicionamentos políticos e morais”, ainda de acordo com as considerações de Junqueira (2019, p. 139).

## Considerações finais

O que parecia superado – essa incessante tentativa do discurso religioso em interditar a liberdade de ação do discurso científico – retorna, na atual plataforma política, sob outras bases e táticas estratégicas nos discursos antigênero. Há uma perversão do sentido científico atribuído ao que seja gênero e sexualidade para que a infiltração das propostas de “restauração”, provenientes de setores conservadores, seja mais aceita como verdadeira e ganhe mais adeptas/os e propagadoras/es desse discurso na tessitura social. No entanto, o apego a essas convicções torna-se um impedimento à criticidade e a própria compreensão de vida biológica, pois suas manifestações, no caso da espécie humana, manifestam-se no plano da sexualidade, da afetividade, das vivências corporais e das construções de gênero. Tal postura de desmanche é favorecedora da alienação das vivências afetivas e sustentadora, o que torna o seu maior perigo em termos curriculares e também formativos, de posições fóbicas, discriminatórias e sexistas a serem repetidas nas escolas e a serem rechaçadas socialmente por não se haver cultivado uma cultura para o respeito às diferenças.

## Referências

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, nº. 2, p. 575-585, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais – Temas Transversais / Orientação sexual**. Brasília, 1999.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, F. A.; SILVA, A. J. F.; SANTOS-SILVA, P. Uma análise dos PCN Orientação sexual dezoito anos depois. **Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 11. Nº. 28, p. 211-225, mai./ago., 2016.

CARVALHO, F. A. de. **Os discursos biológicos na educação para os gêneros - as sexualidades - e as diferenças:** aproximações e distanciamentos. 2018. 242 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática). Centro de Ciências Exatas, UEM, Maringá.

CÉSAR, M. R. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia". **Educar**, Curitiba, UFPR, nº. 35, p. 37-5, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** – nascimento da prisão. 42ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A história da sexualidade I:** vontade de saber. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

JUNQUEIRA, R. D. A "ideologia de gênero" existe, mas não é aquilo que você pensa que é. IN: CÁSSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LINARES, A.; BEZERRA, J. E. B. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. in. CÁSSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.